



acontece actualmente. Trata-se de uma medida que não iria afectar o escoamento de trânsito de autocarros urbanos, táxis, ambulâncias e carros de polícia nesses corredores, mas iria proporcionar uma mais valia ao turista que visita o país. Preocupa-nos que as autarquias não estejam sensibilizadas para este problema». Para tomada e largada de passageiros, a ARP sugere que os pelouros do turismo e do trânsito das câmaras municipais, em conjunto com o estudo das necessidades das empresas de turismo, possam criar pontos junto aos monumentos, bem como parques de estacionamento de curta duração junto aos monumentos e de longa duração – diurna e nocturna – nas cidades e seus arredores, com boas acessibilidades aos centros. «Nalgumas cidades existem lugares possíveis, actualmente devolutos, que facilmente e com poucos custos – até com alguns proveitos para as autarquias – poderiam contribuir para resolver esta questão», adianta Rui Pinto

Lopes. «Não está em causa ter de se pagar o estacionamento. A Câmara Municipal de Gaia disponibilizou um estacionamento para autocarros de turismo na Marginal junto às Caves, onde os autocarros pagam 2,5 euros para estacionar. O mesmo já não acontece do lado do Porto, onde os lugares disponíveis não chegam para as encomendas ou estão ocupados por ligeiros!». Outra questão que preocupa a ARP é o gásóleo profissional que no entender do presidente desta associação é uma «necessidade para o sector. Todas as empresas que se dedicam ao transporte, de passageiros e mercadorias, deveriam ter acesso ao gásóleo profissional. Basta olhar para a vizinha Espanha, onde já é uma realidade. As empresas que se situam na raia vão sentir mais este problema porque os espanhóis já têm um IVA mais favorável, gásóleo mais barato e agora gásóleo profissional. Isso vai prejudicar ainda mais a sua competitividade».

Nova lei do transporte colectivo de crianças discrimina negativamente crianças e transportadores

Para a ARP, a nova lei do transporte colectivo de crianças tem «boas intenções», mas segundo Rui Pinto Lopes existem «algumas arestas que têm de ser limadas». «Foi uma lei criada para ter impacto populista e imediato e para agradar aos lobbies instalados. Prometeu muito o Governo mas acabou por criar uma lei que discrimina negativamente as crianças, criando uma classe de primeira – os protegidos, – e outra de segunda – os desprotegidos. Não é concebível que alunos de um mesmo estabelecimentos de ensino sejam transportados, uns em transportes contratualizados obedecendo a todas as regras e outros, que viajam em transporte regular (vulgo carreiras) em condições de completa anarquia – em pé, em autocarros de avançada idade, sem vigilantes, etc. Somos um país de extremos e criamos uma lei rígida para uns e extremamente permissiva para outros – quer utentes quer transportadores – veja-se o caso das empresas concessionadas e dos táxis que em nada são beliscados por estas novas regras de mercado, para já não falar das câmaras municipais, juntas de freguesia e instituições sem fins lucrativos. É um assunto delicado e para o qual não encontramos vontade política por parte da Secretária de Estado dos Transportes para a sua análise e discussão. Não é correcta nem justa essa discriminação negativa. A lei tem de entrar em vigor a 18 de Novembro e extensiva a todos sem excepção.



Idealizamos e ... Produzimos



Especialistas em:

- **Concepção e criação de decoração em viatura**
(Autocarros, Camiões, Carrinhas, Automóveis)
- **Recorte e aplicação de vinil**
(Montagem em todo o país)
- **Impressão em vinil**
- **Design gráfico**
(Logótipos, Imagem Corporativa, Publicações, Cartazes, Folders)
- **Criação de sinalética interior e exterior**
(Estações, Terminais, Paragens, Postaletes, Escritórios, Fátima)
- **Aluguer de expositores, roll-up's, stands**

www.colomarmor.pt
Telf: 219.328.213 Fax: 219.329.422

COLOMAR
Publicidade